

CRISE DO FORDISMO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: EVOLUÇÃO E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE OURINHOS E DE PRESIDENTE PRUDENTE

*Nildo Aparecido de MELO¹
Márcio Rogério SILVEIRA²*

RESUMO: A crise que recai sobre o mundo do trabalho deve ser entendida no contexto de um processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, expresso na globalização econômica e financeira, na implementação de políticas neoliberais e no advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, com conseqüências sobre a organização do trabalho na produção e no redimensionamento do processo produtivo. A inserção do Brasil nesse conjunto de transformações reestruturantes é passiva e subordinada aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, tendo como conseqüência a desestruturação do mercado de trabalho nacional, com a elevação das taxas de desemprego, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho. A análise aprofundada da dinâmica e evolução do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e de Ourinhos, torna-se condição *sine que non* para a compreensão dos impactos dessas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo sobre o mercado de trabalho formal nas respectivas economias locais.

PALAVRAS-CHAVE: fordismo; trabalho; emprego; desemprego; informalização.

ABSTRACT: The crisis that falls again on the world of work must be understood in the context of a process of restructuring of contemporary capitalism, expressed in economic globalization and financial, on the implementation of neoliberal politics and the advent of the Third Industrial Revolution and technology, with consequences on the organization the work in production and resizing of the production process. The inclusion of Brazil in that set of transformations of reorganizations is passive and

¹ Aluno da Pós-Graduação em geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: nildomelo@itelefonica.com.br.

² Professor Doutor do Curso de Graduação em Geografia do Campus de Ourinhos e de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente. E-mail: marcio@ourinhos.unesp.br.

subordinate to the interests of international organizations and developed countries, and as a result the destruction of the national labor market, with the increase in unemployment rates, the informality of the world of work and deterioration / insecurity of the conditions and working relations. A deepened analysis of the dynamics and evolution of the labor market formal Presidente Prudente and Ourinhos, it is that condition sine non for the understanding of the impact of these structural changes of contemporary capitalism on the labor market formal in their local economies.

KEYWORDS: Fordism; Work; Employment; Unemployment; No Formalize.

INTRODUÇÃO

As transformações e a crise do mundo do trabalho neste início de século XXI deve ser entendida no contexto da crise do fordismo no início da década de 1970 e do conseqüente processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo desencadeado a partir daí, expresso na globalização econômica e financeira, na implementação de políticas neoliberais (capitaneadas e conformadas pelo FMI e pelo Banco Mundial) e no advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, permeada pela automação da produção e pelas tecnologias da informação, com conseqüências sobre a organização do trabalho na produção e no mundo do trabalho (desemprego, informalidade, precarização das condições e relações de trabalho e o (re)surgimento de novas/velhas formas de trabalho como estratégias do capital diante da crise de rentabilidade e de acumulação de mais-valia), na produção e no redimensionamento do processo produtivo.

O Brasil se insere de forma passiva e subordinada nesse conjunto de transformações reestruturantes, articuladas aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos (através da adoção do receituário neoliberal na economia nacional, representado pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela estabilização monetária e pelas reformas estruturais), tendo como corolário a desestruturação do mercado de trabalho nacional (que passava por um processo de formalização das relações de trabalho, não obstante os problemas relacionados à informalidade e a precarização das condições e relações de trabalho presentes no mercado de trabalho brasileiro desde o início do processo de industrialização na década de 1930), com a elevação das taxas de desemprego durante a década de 1990, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho.

A análise aprofundada da dinâmica e evolução do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e de Ourinhos, articulada a rotatividade da mão-de-obra empregada em relação ao estoque total de empregos formais, da população estimada em relação à População Economicamente Ativa e do estoque de empregos formais em relação à variação do emprego formal nas respectivas economias locais, torna-se condição *sine que non* para a compreensão dos impactos dessas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo sobre o mercado de trabalho formal nas respectivas economias locais.

Trabalho e emprego no Brasil e no mundo

No início da década de 1970, o modelo de desenvolvimento fordista, gestado durante a Segunda Revolução Industrial e, definido por Lipietz e Leborgne com um paradigma tecnológico, um padrão de consumo e de relações salariais determinadas, entrou em crise devido à “uma desaceleração da produtividade e um aumento da relação capital/produto” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 16), com a conseqüente queda da lucratividade e da acumulação de capital.

Com a crise do fordismo, questionou-se o pacto de classes forjado durante os anos dourados do capitalismo, que direcionou as relações capital/trabalho favorecendo os trabalhadores e engendrou políticas de “pleno emprego” e a formação de *Welfare States*³, com o Estado orientando e controlando o crescimento econômico, estruturando nesse período, nos países capitalistas avançados, um mercado de trabalho “menos heterogêneo, com pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho” (POCHMANN, 1999, p. 33).

Nesse contexto, foi colocado em curso um processo de reestruturação do capitalismo, direcionado contra o trabalho organizado, com conseqüências negativas para os trabalhadores, culminando na precarização das condições e relações de trabalho e no aumento dos índices de desemprego. Essas transformações estruturais do modelo de desenvolvimento estão expressas na globalização econômica e financeira em curso, na retomada e fortalecimento de políticas neoliberais de controle do Estado e de liberalização/desregulamentação dos mercados e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica - período denominado por Milton Santos (1996) de “meio técnico-científico-informacional” –

³ *Welfare States*: sistema econômico baseado na participação do estado na economia, através de políticas fiscais que possibilitam a implantação de programas sociais de moradia, de saúde, de educação, de previdência social, etc.

determinando o redimensionamento do processo produtivo e a reorganização do trabalho na produção, como mudanças concomitantes e complementares do capitalismo contemporâneo.

Para Singer (1998), o fenômeno da globalização não é novo, remontando aos primórdios do desenvolvimento do modo capitalista de produção, sendo que desde o início “o capitalismo industrial tendeu a superar os limites do Estado-nação” (SINGER, 1998, p. 19).⁴ Este processo foi interrompido com o advento da Primeira Guerra Mundial, com a Depressão dos anos de 1930 e com o conflito da Segunda Guerra Mundial, sendo retomado na Conferência de *Bretton Woods*, em 1944, onde houve o redirecionamento das políticas econômicas para a desregulamentação dos mercados e da livre-concorrência como regra fundamental das relações entre os países num contexto de retomada da globalização em bases mais financeiras do que produtivas.

Segundo o autor, “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países” (SINGER, 1998, p. 21), cuja maior evidência é o aumento do comércio internacional de mercadorias em 90% na década de 1950 contra 60% de crescimento da produção industrial.

No que tange o mercado de trabalho, a globalização provoca desemprego estrutural pela substituição de produtos nacionais por importados, com o conseqüente fechamento de postos de trabalho. Em contrapartida, estão sendo abertos postos de trabalho nas atividades exportadoras que estão sendo preenchidos por trabalhadores desqualificados, empregados em tempo parcial e com diminuição dos rendimentos.

Portanto, a globalização seria responsável pela deterioração e precarização do trabalho, mais do que pela redução dos níveis gerais de empregos.

Para Santos (2001), a globalização se configura pela articulação da unicidade técnica do capital (através da interligação dos diversos sistemas técnicos, conduzida pela técnica da informação), da convergência dos momentos (o acontecimento se torna simultâneo e a informação e o conhecimento dos fatos em qualquer parte do mundo se tornam instantâneos, através da técnica), na formação do motor único (a mais-valia se torna mundializada através do meio técnico-científico-informacional) e, na cognoscibilidade do planeta (o conhecimento de todo o planeta). Essas dimensões da globalização, apresentada então

⁴ Discussão pertinente nas obras de Hirst e Thompson. Ver: HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

como processo, são interligadas e concomitantes, diferindo o atual período de outros através dessas características articuladas.

Sob essa ótica e reforçando as constatações anteriores, Santos (2001), quando coloca em evidência a globalização perversa – que estaria sendo encoberta pela globalização enquanto fábula, através da propagação de mitos, tais como o enfraquecimento do Estado e a afirmação das idéias da formação de uma aldeia global – e prega uma outra globalização, afirma que

(...) a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (SANTOS, 2001, p. 19).

Em uma análise crítica sobre a configuração de uma economia globalizada nos tempos recentes, Chesnais (1996) defende que o emprego dos conceitos “global” e “globalização”, servem para divulgar os ideais de um mundo sem fronteiras, da liberalização e desregulamentação dos mercados, da liberdade de movimento às empresas e a submissão da vida social à valorização do capital, como instrumentos de saída da crise econômica e uma maior igualdade de competição entre os países no mercado internacional, apresentando-os como termos carregados de ideologia.

Pelo contrário, o autor ressalta que a divulgação e consolidação do termo globalização tem encoberto o fato de que as estratégias das grandes empresas e dos grandes grupos oligopolistas em busca de maior lucratividade⁵, geram exclusão e marginalização dos países em desenvolvimento, além do distanciamento entre ricos e pobres, decorrente da ascensão do capital monetário ou da financeirização da economia mundial.

O autor prega o uso dos termos “mundial” e “mundialização” para destacar que a mundialização em curso “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas” (CHESNAIS, 1996, p. 32).

Sob essa perspectiva, a mundialização não deve ser entendida apenas no tocante a análise das atividades dos grupos empresariais e

⁵ O termo globalização surgiu nas grandes escolas de administração dos Estados Unidos, no começo dos anos 1980, sendo popularizado pelas obras de K. Ohmae e M. E. Porter, pregando uma estratégia seletiva por parte das grandes empresas em busca de lucros, diante da flexibilização e desregulamentação dos mercados e da instituição da livre concorrência no mercado internacional.

aos fluxos comerciais desencadeados por esses grupos, mas também a globalização financeira, através da ascensão do capital financeiro que acentuou a diminuição no horizonte temporal da valorização do capital, já que

(...) a ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da “globalização financeira”, acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços. (CHESNAIS, 1996, p. 33).

No que tange ao mundo do trabalho, o movimento de mundialização do capital está destruindo uma relativa integração ensejada nos anos dourados do capitalismo, resultando para o capital, na exploração a seu bel-prazer de diferenças de remuneração do trabalho entre diversas regiões, entre diferentes países e mesmo entre continentes, pois a

(...) liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais, permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários. A tendência é para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados”. (CHESNAIS, 1996, p. 40).

Em outras palavras, a adoção dessas medidas, de cunho neoliberal, aponta para a precarização e deterioração das condições e relações de trabalho e para o desemprego como um dos efeitos da polarização interna a cada país, desencadeado pelo movimento de mundialização do capital - o aprofundamento da distância entre os países capitalistas centrais e os países periféricos, seria a outra forma de polarização analisada pelo autor: uma polarização internacional.

Em consonância com a ideologia da globalização, estão as políticas neoliberais de restrição à participação do Estado na economia e do questionamento dos sistemas de proteção social baseados em políticas keynesianas, bem como a reorientação das políticas econômicas para a desregulamentação e flexibilização das relações e condições de trabalho, pois segundo Anderson (1995, p. 15), um dos postulados do ideário neoliberal apontava para “o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente”. Com isso, “a taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80”.

As políticas neoliberais, concebidas ainda nos anos de 1940 e 1960 pelos pensadores econômicos Friedrich von Hayek e Milton Friedman, ganharam alento com a queda do Muro de Berlim, com a derrocada do socialismo real no Leste Europeu e com a eleição de governos conservadores na Inglaterra (Thatcher, 1982), nos Estados Unidos (Reagan, 1980), na Alemanha (Khol, 1982) e na Dinamarca (Schluter, 1983), além do fracasso de governos de esquerda na Europa, apresentados como alternativas para a superação da crise e a retomada do crescimento econômico.

Para Brunhoff (1991, p. 40), no auge das práticas neoliberais, ao Estado caberia a neutralidade econômica, devendo “limitar-se a fazer respeitar regras muito gerais do jogo, garantindo a ordem social e a segurança da propriedade, pano de fundo do livre funcionamento dos mercados”.

Com isso, nos estertores da implementação do ideário neoliberal, postulou-se contra a ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social, reorientando o pensamento político-econômico para a livre-concorrência como regra básica das relações sociais e para a efetivação das condições favoráveis para o aumento da lucratividade e da acumulação de mais-valia.

Também as ações foram voltadas para a restauração de um livre mercado de trabalho, regido efetivamente por leis do mercado, aumentando o poder das empresas de demitir quando e como quiser, ou seja, instituiu-se na prática a flexibilização das condições e relações de trabalho, determinando a precarização e deterioração do mundo do trabalho.

Para Andrade (1994), a configuração de um mercado internacional desregulado não ensejaria a tão propalada igualdade entre os países na economia globalizada, já que

(...) o neoliberalismo prega a competição sujeita apenas às leis do mercado, levando ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos a competirem em igualdade de condições, como se as diferenças de riqueza, de poder e de controle da tecnologia não destruíssem esta igualdade” (ANDRADE, 1994, p. 87).

Ressalta-se que a constatação também é válida para o mercado de trabalho, pois segundo Mattoso (2000, p. 20)

(...) empresas e estado buscam se liberar dos encargos com o emprego e fazer do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado [numa] clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades para os mais fracos, fazendo o trabalhador assumir

sua empregabilidade por meio de formação profissional, requalificação, etc.” (MATTOSO, 2000, p. 20).

Em outras palavras, a saída para a crise do trabalho, em consonância com o pensamento neoliberal, está na própria capacidade de recolocação profissional dos trabalhadores, sendo eles próprios responsáveis pelo desemprego e não o modelo de desenvolvimento adotado, concomitante com o movimento de reestruturação do capitalismo contemporâneo.

Em suma, o ideário neoliberal aponta para a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização das condições e relações de trabalho e a manutenção de taxas de desemprego como naturais e inerentes ao funcionamento do modo capitalista de produção e a eficácia de qualquer mercado auto-regulável.

Configurando-se como uma outra dimensão do processo de reestruturação capitalista, esta a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, caracterizada pela constituição de um novo paradigma tecnológico permeado pelo complexo eletrônico e por tecnologias da informação, cujo maior impacto sobre o mercado de trabalho é a substituição do trabalho humano pelo uso intensivo do computador ou, segundo Singer (1998, p. 17), pela “crescente transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário”.

Contudo, deve-se levar em conta que a Terceira Revolução Industrial ainda está em curso e se mostra incompleta em sua base energética e de transportes, mas com efeitos reestruturantes em diversos setores industriais e no mundo do trabalho, bem como no desenvolvimento de novos setores da economia, tais como a biotecnologia, a engenharia genética, a informática e a automação industrial.

Segundo Pochmann (1999), todas as revoluções industriais ensejaram reestruturação das empresas e geraram desemprego, mas com diferenças significativas no redimensionamento do processo produtivo e na reorganização do trabalho nos diversos setores produtivos.

Na atual fase de transformação do paradigma tecnológico e produtivo, ensejada por uma nova revolução industrial, observa-se a perda significativa do setor primário da economia e da redução relativa do setor industrial, apresentando, em alguns países, também a diminuição absoluta do contingente de trabalhadores empregados. Em contrapartida, o setor de serviços

(...) apesar de ampliar a sua participação na estrutura ocupacional, mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam a atingi-lo fortemente". (POCHMANN, 1999, p. 34).

O uso de novas tecnologias, no bojo de uma nova revolução industrial e tecnológica, aponta paradoxalmente, por um lado, para a deterioração das relações e condições de trabalho, com o aumento do trabalho parcial (*part time*) em detrimento do emprego em tempo integral (*full time*), do trabalho temporário, por tempo determinado, da informalização do trabalho, da manutenção de altas taxas de desemprego e da insegurança do mundo do trabalho. Por outro lado, há a maior exigência de trabalhadores polivalentes, criativos e flexíveis às mudanças do processo produtivo tornado dinâmico e instável.

As novas tecnologias forjaram também a ruptura com os padrões rígidos da produção fordista, dando lugar a uma nova forma de gestão da produção, denominada *just in time* (gestão por fluxos), definida por uma maior flexibilidade e adaptabilidade às oscilações da demanda, em substituição à gestão por estoques do fordismo, denominado *just in case*. Essa adaptação às oscilações do mercado é possibilitada pela flexibilidade dos novos equipamentos auto-programáveis e pela despadronização das máquinas, direcionando o processo produtivo também para a produção diversificada de vários produtos, ao invés de uma linha de montagem de um único produto em uma economia de escala⁶.

Outro resultado desse processo é a transformação na horizontalidade das grandes empresas que operam estabelecimentos em dezenas de países e milhares de cidades que "vêm-se coagidas, pela pressão da concorrência, a dar autonomia às suas filiais, tomando crescentemente o formato de rede, cujos componentes se ligam à matriz por meio de franqueamento" (SINGER, 1998, p. 18).

Depreende-se dessas considerações, que todas essas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, concomitantes e complementares, estão em consonância com a retomada da acumulação de capital e apontam para a precarização do trabalho e exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, através do desemprego.

No que concerne à inserção do Brasil nesse processo de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, ela representa

⁶ Economias de escala: baseia-se na produção em massa, visando à redução dos custos, através da especialização produtiva e da racionalização e controle do processo.

uma ruptura com o padrão de crescimento econômico configurado a partir da década de 1920 em bases industriais, sendo que esse movimento de industrialização nacional ganhou impulso na década de 1950 com a consolidação e aprofundamento das políticas desenvolvimentistas pelo Estado, redefinindo a economia nacional, que passou de uma base agrário-exportadora para a estruturação e consolidação do setor urbano-industrial.

Ressalte-se que o modelo de industrialização nacional engendrado a partir do Governo Vargas, apontou também, a partir da década de 1940, para a estruturação do mercado de trabalho brasileiro em torno da evolução dos empregos formais e regulares e do aumento do segmento organizado da ocupação, bem como para a redução das ocupações sem registro em carteira e sem remuneração assalariada e para a diminuição dos índices de desemprego, sem, contudo, representar a homogeneização das relações e condições de trabalho, já que “permaneciam os problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos” (POCHMANN, 1999, p. 70).

As transformações do modelo de desenvolvimento brasileiro ocorreram num contexto político-conjuntural de vitória de Fernando Collor de Melo, no início da década de 1990, com o desencadeamento de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes para dar conta da crise econômica dos anos 1980 – quando se tentou, sem sucesso, um ajuste pelo viés da modificação do nível de remuneração do trabalhador, já representando sinais de precarização do trabalho e do aumento dos índices de desemprego. Essas medidas foram permeadas pela adoção

(...) de um programa de liberação comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas e demissão de funcionários públicos), combinado com políticas econômicas recessivas, representando a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

Assim, no bojo da implementação desse conjunto de políticas econômicas, a inserção do Brasil no movimento de reestruturação do capitalismo se dá de forma passiva e subordinada aos interesses de organismos internacionais e dos países desenvolvidos, caracterizada pela

(...) substituição de produtos intermediários e de bens de capital produzidos internamente por importados, a maior heterogeneidade da base econômica com a modernização de empresas na ponta e o retraimento, fechamento e desnacionalização de outras ao longo da cadeia produtiva. (POCHMANN, 1999, p. 86).

Como consequência, verificou-se a retração do setor industrial, com a redução dos empregos formais e regulares, e o aumento do setor terciário da economia sem, no entanto, suprir em qualidade e em quantidade os empregos eliminados no setor industrial, representando o aprofundamento da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Diante da acirrada concorrência internacional, produto da abertura comercial e financeira desregulada, a reação das grandes empresas frente aos produtos estrangeiros com maior grau de competitividade, se deu no sentido de “acelerar a terceirização de atividades, abandonar linhas de produtos, fechamento de unidades, importação de máquinas e equipamentos e redução de custos, sobretudo de mão-de-obra” (MATTOSO, 2000, p. 30).

Essas medidas implementadas na economia representaram o desmonte do parque industrial nacional, pela concorrência com os produtos importados, a privatização de empresas públicas, a adoção de políticas públicas de ajuste fiscal e redução do papel do Estado na economia e, sobretudo, na precarização das condições e relações de trabalho e no aumento dos índices de desemprego, com a desestruturação do mercado de trabalho formal, que ao longo dos anos 1990, sofreu uma retração “de 3,3 milhões de postos de trabalho na economia brasileira, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados do Ministério do Trabalho (CAGED)” (MATTOSO, 2000, p. 18).

Segundo Alves (2000), no governo Collor (1990-1993) aprofundou-se o processo de reestruturação produtiva do capital iniciado nos anos de 1980, período em que tal processo se restringiu a adoção de algumas técnicas de inspiração toyotista adaptadas ao capitalismo brasileiro, como as CCQ (Círculos de Controle de Qualidade) nas indústrias automobilísticas do ABC paulista.

As políticas neoliberais implementadas no Governo Collor, por um lado, determinaram um cenário econômico nacional caracterizado pela recessão econômica, pelo crescente desemprego na indústria e pelo predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, principalmente através da redução de custos com a mão-de-obra empregada.

Por outro lado, nesse período criaram-se as condições macroeconômicas para o sucesso do plano de estabilização monetária

do Governo Fernando Henrique Cardoso e para a consolidação do processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil.

Dessa forma, o Estado agiu não no sentido de assegurar o desenvolvimento econômico sustentado do país, como ocorreu ao longo da história do Brasil até o início da década de 1990 (não obstante esse desenvolvimento privilegiar certos grupos e segmentos sociais em detrimento de outros setores sociais), pelo contrário, a atuação do Estado foi determinante para assegurar as bases econômicas para a atuação mais significativa das forças do mercado e para a consolidação do movimento de reestruturação produtiva do capital em curso nos países desenvolvidos, através do estabelecimento da livre-iniciativa tanto nos setores patronais quanto no mercado de trabalho formal, diante da ausência do Estado para a maioria (população e trabalhadores dependentes dos serviços públicos essenciais), conformando um discurso permeado pela necessidade de um Estado mínimo e, de um Estado presente e forte para poucos (o grande capital instalado no país, aliado ao setor financeiro internacional).

Com a implantação do Plano Real, em 1994, no início do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, as transformações neoliberais foram aprofundadas através da intensificação da abertura comercial e financeira e da reforma do Estado, representada pelas privatizações, concessões públicas ao capital privado e pelas reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa.

Assim, com base em um conjunto mais amplo de políticas econômicas neoliberais intensificadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, abrangendo também a sobrevalorização cambial e as altas taxas de juros para atrair o capital financeiro, o movimento de reestruturação produtiva do capital no Brasil tem sido permeado por um baixo crescimento do PIB, pelo endividamento público (que saltou de 29% do PIB brasileiro em 1994, para mais de 50% em 2006) e pela ausência de políticas públicas de crescimento econômico sustentado, configurando uma inserção passiva e subordinada do país na globalização econômica e financeira das últimas décadas.

Com isso, observa-se a exacerbação do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, com a “explosão” das taxas de desemprego (sem precedentes na história do país) e da precarização das condições e relações de trabalho, bem como mudanças na estrutura do emprego formal e o aumento da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores desempregados.

Segundo o IBGE, no ano de 2005 havia cerca de 9 milhões de desempregados no Brasil ou 4,8 vezes a taxa de desemprego observada em 1985, colocando o país na 4ª posição mundial em número de

desempregados, atrás somente da Índia, Indonésia e Rússia. De cada cem trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho no período entre 1985 e 2005, apenas 82 conseguiram ocupação formal, portanto 18 ficaram desempregados.

O processo de desestruturação do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e parte da década de 1980 deixou marcas profundas na estrutura social do país, aprofundando os problemas sociais históricos: bastou pouco mais de uma década para se destruir toda uma história de estruturação e formalização das relações de trabalho no Brasil, constituindo-se um cenário caracterizado pela explosão do desemprego em massa e pela informalização das relações de trabalho, além do surgimento de formas precárias de ocupação e da ampliação das desigualdades de rendimento entre os trabalhadores, mesmo diante da recuperação do assalariamento formal verificado nos dois últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso.

Com a posse do novo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, tendo como referencial a formação de um governo “popular”, configurou-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior. Com isso, tornou-se possível identificar um processo caracterizado por continuidades e descontinuidades no novo governo a partir de 2003.

Descontinuidades, já que houve modificações significativas na condução da política externa e na área de comércio exterior, com a busca de novos parceiros comerciais (Índia, África do Sul e China) e o fortalecimento do Mercosul, além da exigência de abertura comercial dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos como salvaguarda para uma maior abertura da economia brasileira para os produtos manufaturados das economias avançadas, principalmente da União Européia.

No que tange a condução da política interna, o novo governo direcionou esforços para a implementação de medidas de cunho social, tais como as políticas sociais de combate à pobreza (o Programa Fome Zero) e a ampliação do Programa Bolsa Família para todo o país. Também, verificou-se a formulação de uma política de não-privatização do aparato estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás) e de recuperação do serviço público, com a realização de concursos para suprir as carências de servidores públicos em diversas áreas do governo federal.

Continuidades, pois a política de estímulo às exportações foi mantida e até aprofundada pelo novo governo, através da forte desvalorização cambial, além da manutenção de taxas de juros elevadas

(mesmo com o movimento gradual de queda dos juros básicos da economia, os juros reais permaneceram os mais altos do mundo) e de metas inflacionárias anuais, como forma de manter a estabilização monetária da economia brasileira.

A manutenção do superávit primário em torno de 4,25% do PIB constituiu-se um elemento imprescindível da política econômica do governo do presidente Lula, assegurando o pagamento dos juros da dívida pública brasileira e apontando para um cenário de baixo crescimento econômico, com pouco investimento em infra-estrutura (modernização dos portos, aeroportos, reativação da malha ferroviária nacional e recuperação da malha rodoviária federal), além do aumento da carga tributária (onerando a produção e, conseqüentemente inibindo o crescimento econômico e a geração de empregos) e da ausência de reformas estruturais no aparato estatal, como forma de assegurar o crescimento sustentado da economia brasileira.

Nesse contexto, o PIB continua crescendo a taxas medíocres e as taxas de desemprego não diminuem, não obstante a recuperação do emprego formal no país, pois a cada ano 2 milhões de trabalhadores passam a fazer parte da População Economicamente Ativa, segundo o IBGE.

Também se observa a instabilidade e a precariedade do emprego formal, através das altas taxas de rotatividade da mão-de-obra empregada (cerca de 30%, segundo informações da RAIS/2005, do Ministério do Trabalho e Emprego) e o aumento das formas atípicas de trabalho, além de mudanças na estrutura do emprego formal, com a feminização do mercado de trabalho (as mulheres correspondem a 56% da mão-de-obra empregada, segundo o IBGE), da diminuição dos rendimentos dos trabalhadores, da segmentação etária do trabalho (as ocupações para os trabalhadores entre 30 e 49 anos de idade crescem mais do que as ocupações para os jovens), da terceirização e subcontratação de trabalhadores pelas grandes empresas e da continuidade do processo histórico de desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores, no tocante as relações de gênero e as diferenças de níveis de escolaridade, com os homens recebendo cerca de R\$ 1.111,43 centavos a mais do que as mulheres ou uma diferença de rendimentos entre os sexos de 35%, no nível superior de escolaridade, segundo informações da RAIS/2005 do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Destarte, a intensificação na redução das taxas de juros, mudanças significativas na política econômica do Governo Federal e reformas no sistema tributário brasileiro, bem como uma participação mais ativa do Estado na configuração de bases estruturais sólidas para o crescimento econômico sustentado do país, permeiam as discussões e são medidas

apontadas por especialistas para dar conta da crise do emprego e da precarização das relações de trabalho no Brasil neste início de século XXI.

Trabalho e Emprego em Presidente Prudente e em Ourinhos: subsídios para uma análise crítica do mercado de trabalho local e regional.

A análise dos dados referentes à evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente, no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2001, conduz-nos às seguintes considerações, conforme informações do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 01 – Presidente Prudente: Variação absoluta e relativa do emprego formal por grandes setores de atividade (jan/1997-dez/2001).

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	11.462	22.745	23.342	10.700	790	201	69.240
Desligados ⁷	10.722	23.775	24.857	12.849	934	425	73.562
Total	740	- 1.030	- 1.515	- 2.149	- 144	- 224	- 4.322
Estoque 31/12/2001	8.178	9.987	25.308	1.971	528	- 33	45.939
Variação relativa	9,04%	- 10,31%	- 5,99%	- 109 %	- 27,2%	-	- 9,4%

Fonte: CAGED/Módulo I/1997 – 2001.

Organização: Nildo Aparecido de Melo

Todos os grandes setores de atividade apresentaram variação absoluta e relativa negativa com relação à geração de empregos formais na economia local, com exceção da indústria (geração de 740 empregos formais). Contudo, faz-se necessário ressaltar que até o ano de 1999, o setor industrial vinha apresentando variação negativa, com o fechamento de 359 postos de trabalho na economia local nesse período.

A variação negativa no estoque do setor industrial até o período assinalado, está em consonância com o movimento mais amplo de desestruturação da indústria nacional (principalmente no Estado de São Paulo).

O baixo dinamismo da indústria local pode ser constatado pela análise do estoque de empregos formais no setor em comparação com

⁷ Utiliza-se o termo desligados, pois nem todos os trabalhadores são demitidos das empresas para qual trabalham, mas muitos são desligados por conta própria, por acordo com os empregadores, por aposentadoria e até por falecimento.

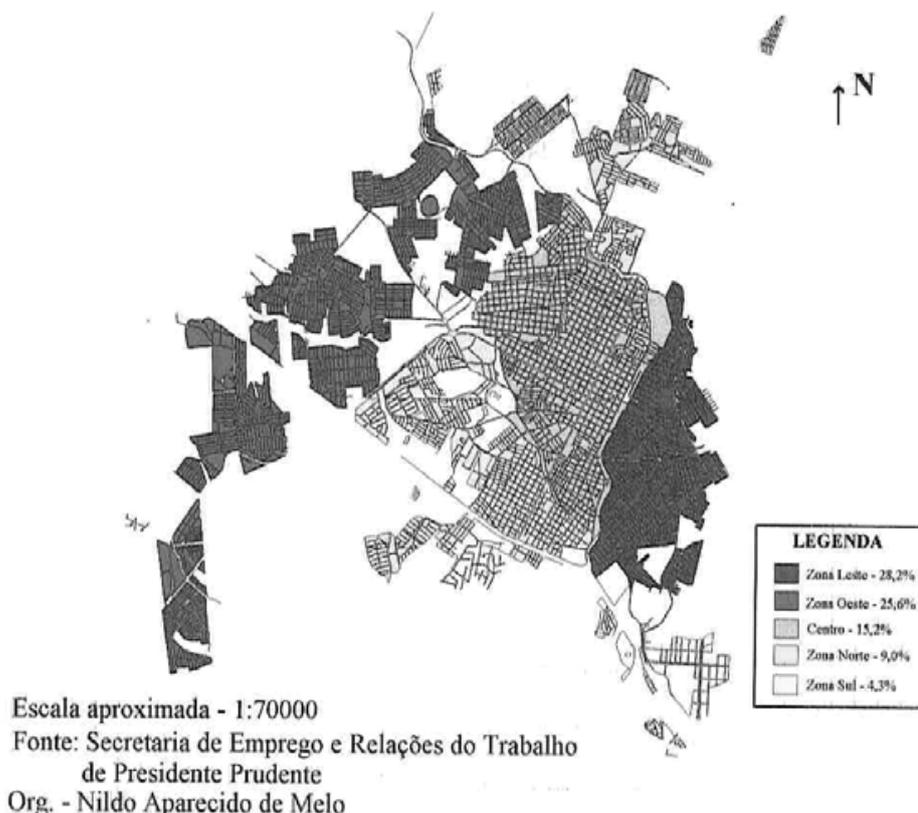
o estoque do setor de comércio e de serviços, pois a indústria contava apenas com um estoque de 8.178 empregos formais em dezembro de 2001, enquanto esse estoque era de 9.987 empregos formais no setor de comércio e de 25.308 empregos com carteira assinada nos serviços, refletindo a evolução histórica da economia prudentina, que passou em meados da década de 1960, por uma especialização produtiva em torno do setor terciário da economia.

Os dados apontam também para a estagnação das atividades industriais na economia local, já que o estoque de empregos formais do setor em dezembro de 1998 (5.864 empregos formais) era próximo do verificado por Dundes em 1985 (DUNDES, 1998, p. 82), quando o setor contava com aproximadamente 5.353 postos de trabalho formais.

O estoque de empregos formais do setor de serviços em comparação com os estoques dos outros setores analisados, aponta para a especialização da economia local em torno da prestação de serviços, com a concentração de mais da metade dos empregos formais nesse setor de atividade.

O desemprego aberto aumentou no período analisado, com um acréscimo de 4.322 trabalhadores na condição de desempregados ou uma variação relativa negativa de 9,4% no estoque total de empregos formais na economia local.

Mapa do desemprego em Presidente Prudente Área urbana - Janeiro de 1997 à Maio de 1999.



No que tange ao mapeamento do mercado de trabalho local, a geografia do desemprego na área urbana de Presidente Prudente, apontava para diferenciações territoriais na concentração e materialização do desemprego, com a zona leste (28,2%) e zona oeste (25,6%) com elevadas taxas de desemprego e a zona sul (4,3%) apresentando uma baixa taxa de desemprego para o período analisado, conforme informações do mapa do desemprego (tomando por base informações do cadastro de desempregados da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo – SERT de Presidente Prudente/SP), destacado a seguir.

Já a taxa de desemprego nos distritos de Eneida, Montalvão, Floresta do Sul e Ameliópolis é de aproximadamente 16,2% e no Distrito Municipal e zona rural, essa taxa é de 0,9% e 0,6% respectivamente.

No mesmo período, o mercado de trabalho formal de Ourinhos, apresentou uma redução de 99 postos de trabalho no estoque total de empregos formais, significando um acréscimo de 99 trabalhadores na condição de desempregados na economia local, entre janeiro de 1997 e dezembro de 2001.

Os setores de atividade que mais desempregaram foram o comércio, os serviços e a construção civil, com o fechamento de 255, 27 e 304 postos de trabalho respectivamente na economia local. Já o setor industrial apresentou a maior variação positiva de empregos formais, com a criação de 455 postos de trabalho na economia local e, o setor agropecuário contribuiu com a criação de 76 empregos formais, conforme dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 02 – Ourinhos: Variação absoluta e relativa do emprego formal por grandes setores de atividade (jan/1997-dez/2001).

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	7.861	7.689	7.187	1.720	2.264	36	26.757
Desligados	7.406	7.944	7.214	2.024	2.188	80	26.856
Total	455	- 255	- 27	- 304	76	- 44	- 99
Estoque 31/12/2001	3.729	3.587	4.753	446	1.328	- 15	13.828
Variação relativa	12,2%	- 7,1%	- 0,56%	- 68%	5,7%	-	- 0,71%

Fonte: CAGED/Módulo I/1997- 2001.

Organização: Nildo Aparecido de Melo.

Portanto, o mercado de trabalho formal de Ourinhos apresentou desempenho negativo em três grandes setores de atividade e uma variação positiva no setor agropecuário e industrial, que equilibrou a

taxa de desemprego no total dos setores com a criação de 455 postos de trabalho.

Situação contrária observa-se na economia formal de Presidente Prudente, que apresentou redução de empregos formais em quase todos os setores de atividade (inclusive no setor de outros/ignorados), com exceção do setor industrial a partir do ano 2000, configurando um alto índice de desemprego e o fechamento de postos de trabalho para o período analisado, com destaque para o baixo dinamismo da construção civil, tanto nas taxas de admissão quanto nas taxas de desligamento em comparação com os setores de serviços e de comércio, bem como o alto índice de desemprego observado no setor, com a eliminação de 2.149 empregos formais e uma variação negativa de 109% no estoque de empregos formais, representando o maior índice entre os grandes setores de atividade.

Como em Presidente Prudente, a construção civil em Ourinhos também eliminou 304 empregos formais entre janeiro de 1997 e dezembro de 2001, com uma variação negativa de 68% no estoque de empregos formais do setor, expressando o baixo dinamismo desse setor na economia local.

A evolução do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e de Ourinhos, no período de janeiro de 2002 e novembro de 2006, aponta para a recuperação do emprego formal nas respectivas economias locais.

Conforme dados da tabela 03, a economia formal de Presidente Prudente apresentou uma variação positiva de 11.537 postos de trabalho para o período, com todos os grandes setores de atividade gerando empregos formais na economia local, com destaque para a recuperação do setor industrial, com a criação de praticamente metade dos empregos formais, contribuindo para a elevação no estoque total de empregos na economia prudentina.

Contudo, observa-se o baixo dinamismo da construção civil em comparação com o período anterior, com a criação de apenas 516 postos de trabalho, insuficientes para a recuperação do setor, já que no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2001 o setor eliminou 2.149 empregos formais. Isso pode ser constatado também quando se considera o estoque total do setor, relativamente baixo quando comparado com o setor industrial, de comércio e de serviços.

Tabela 03 – Presidente Prudente: Variação absoluta e relativa do emprego formal por grandes setores de atividade (jan/2002-nov/2006).

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	28.389	25.694	26.495	10.761	1.264	33	92.636
Desligados	22.625	23.330	24.003	10.245	896	0	81.099
Total	5.764	2.364	2.492	516	368	33	11.537
Estoque 30/11/2006	13.942	12.351	27.800	2.487	896	0	57.476
Variação relativa	41,3%	19,14%	8,9%	20,7%	41%	-	20%

Fonte: CAGED/Módulo I/2002-Nov. 2006

Organização: Nildo Aparecido de Melo.

O mercado de trabalho formal de Ourinhos também apresentou variação positiva em todos os grandes setores de atividade, com exceção da construção civil (eliminação de 197 empregos formais), representando a criação de 2.480 empregos formais na economia local no período analisado, com destaque para os setores de comércio e de serviços, com a criação de grande parte dos postos de trabalho formais (1.165 e 773 empregos respectivamente) entre janeiro de 2002 e novembro de 2006.

Tabela 04 – Ourinhos: Variação absoluta e relativa do emprego formal por grandes setores de atividade (jan/2002-nov/2006).

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	7.687	10.972	8.805	1.634	3.546	18	32.662
Desligados	7.299	9.807	8.032	1.831	3.210	03	30.182
Total	388	1.165	773	- 197	336	15	2.480
Estoque 30/11/2006	4.117	4.752	5.526	249	1.624	0	16.308
Variação relativa	9,4%	24,5%	13,9%	-79%	20,6%	-	15,2%

Fonte: CAGED/Módulo I/2002 – Nov. 2006.

Organização: Nildo Aparecido de Melo.

Comparando os respectivos mercados de trabalho de Presidente Prudente e de Ourinhos, no período analisado, observa-se a variação positiva no estoque total de empregos formais, com todos os grandes setores de atividade gerando postos de trabalho, com exceção da

construção civil em Ourinhos, que desempregou 197 trabalhadores. Em relação a Presidente Prudente, a construção civil apresentou baixo dinamismo, não recuperando o alto índice de desemprego registrado no período anterior.

Ressalte-se também que, enquanto a economia prudentina se especializa cada vez mais na prestação de serviços, com o setor de serviços representando praticamente o dobro de empregos formais em comparação ao estoque dos setores de comércio e de indústria, o perfil econômico do município de Ourinhos é permeado pelo equilíbrio entre os setores de serviços, comércio e indústria, com diferenças pouco significativas em seus respectivos estoques de empregos formais.

Contudo, não obstante a recuperação do emprego formal nas respectivas economias locais, faz-se necessário analisar a evolução e a dinâmica desses mercados de trabalho sob a perspectiva da taxa de rotatividade da mão-de-obra em relação ao estoque total de empregos formais, da população total estimada em relação à população economicamente ativa (PEA) e do total de empregos gerados em relação aos postos de trabalho eliminados, para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e de Ourinhos, concomitante às transformações estruturais da economia nacional (em particular da economia no Estado de São Paulo) diante do movimento de reestruturação do capitalismo contemporâneo e da inserção do Brasil nesse processo, bem como seus impactos sobre o mercado de trabalho nacional e local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise mais aprofundada dos dados apresentados nas tabelas anteriores, com a articulação de informações sobre população total estimada, população economicamente ativa e o estoque total de empregos formais em 2006, aponta para a deterioração do mercado de trabalho nas respectivas economias locais.

Com uma população estimada em 206.704 habitantes em julho de 2006, segundo dados do IBGE/COPIS/DPE e uma PEA (população economicamente ativa) de aproximadamente 98.000 trabalhadores (a PEA é calculada em 47,5% da população total do município, segundo o IBGE), com um estoque de 57.476 empregos formais em novembro de 2006, o mercado de trabalho de Presidente Prudente contabiliza um total de 40.524 trabalhadores fora do mercado de trabalho formal na economia local.

Excetuando-se os trabalhadores do setor estatal e os trabalhadores por conta própria, essas informações sugerem que grande parte dos trabalhadores está inserida de forma precária no mercado de trabalho, através da informalidade e da precarização das condições e relações de trabalho, bem como o alto índice de desemprego na economia prudentina.

O mercado de trabalho de Ourinhos também apresenta alto grau de deterioração, já que 33.692 trabalhadores estão alijados do mercado formal de trabalho no município, para uma população total estimada em 106.350 habitantes (segundo o IBGE/COPIS/DPE) e uma PEA de aproximadamente 50.000 trabalhadores, com um estoque total de empregos formais de 16.308 postos de trabalho em novembro de 2006.

Assim, grande parte desses trabalhadores, está inserida no mercado informal de trabalho (realizando algum “bico” ou algum tipo de trabalho precário, sem garantias ou proteções institucionais e sem representatividade sindical) ou desempregada, representando a intensa precariedade do mercado de trabalho local.

A análise da média das admissões e desligamentos realizados no mercado formal de trabalho no ano de 2005 em relação ao estoque total de empregos formais nas respectivas economias locais, por sua vez, revela também a precarização das condições e relações de trabalho para quem está empregado, através da alta rotatividade da mão-de-obra no setor formal da economia.

Assim, em Presidente Prudente, para uma média de 19.427 trabalhadores admitidos e desligados no mercado de trabalho formal no ano de 2005, a rotatividade da mão-de-obra representou 36,5% em relação ao estoque total de empregos formais no período. Esses dados indicam a instabilidade do emprego formal e a precarização do mercado de trabalho na economia prudentina, com aproximadamente 37 trabalhadores trocando de emprego ou sendo alijados do mercado de trabalho a cada 12 meses, para cada grupo de 100 trabalhadores empregados na economia local.

O aumento do desemprego e a informalização das relações de trabalho se configuram como contrapartidas desse processo de precarização e de instabilidade do emprego formal em Presidente Prudente. Nesse sentido, o “camelódromo” local conta hoje com 240 boxes e um total de cerca de 480 trabalhadores vivendo na informalidade (a maioria jovens entre 15 e 20 anos de idade, do sexo feminino, com o ensino médio completo ou em andamento e moradores da periferia do município, conforme entrevistas realizadas no “camelódromo” da cidade em Setembro de 2007), sem contar os trabalhadores informais espalhados pela cidade, situados em áreas estratégicas para a venda de

produtos tais como: frutas, doces, sorvetes, produtos artesanais, entre outros. Ressalte-se também que os desempregados de Presidente Prudente têm no trabalho temporário ou nos “bicos” a única forma de sobrevivência diante da ausência do emprego formal na economia local. Esse tipo de trabalho se torna contingencial e temporário, expressando a instabilidade e a precariedade nas condições e relações de trabalho, pela realização das seguintes atividades sem registro em carteira: diarista, faxineira, vendedora de produtos diversos (perfumes, lingerie, chinelinhos artesanais, roupas, entre outros), doméstica, pedreiro e servente de pedreiro, pintor, vigia, segurança, garçom, entre outras atividades, conforme entrevistas realizadas com desempregados na Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho de Presidente Prudente, em Setembro de 2007.

Observa-se situação ainda mais crítica no mercado de trabalho formal de Ourinhos, com a taxa de rotatividade da mão-de-obra atingindo 40,8% dos trabalhadores admitidos e desligados no ano de 2005 (a média ficou em 6.456 admissões/desligamentos para um estoque de 15.818 empregos formais), ou seja, para cada 100 trabalhadores inseridos formalmente na economia local, aproximadamente 40 trocaram de emprego ou ficaram desempregados nos 12 meses do ano de 2005.

Portanto, observa-se um processo de instabilidade e precarização das condições e relações de trabalho nas respectivas economias locais, tendo como corolário o aumento das taxas de desemprego e a informalização das relações de trabalho, bem como a instabilidade e a flexibilidade do mercado de trabalho formal.

Destarte, mesmo com a recuperação do emprego formal em Presidente Prudente e em Ourinhos, observa-se um processo que aponta para o aumento do desemprego (em comparação com o estoque total de empregos formais), para a precarização e a instabilidade do mercado de trabalho formal (com as altas taxas de rotatividade da mão-de-obra empregada) e para a informalização das relações de trabalho (como corolário da alta rotatividade da mão-de-obra e da instabilidade do emprego formal).

Todas essas transformações observadas nas economias locais estão em consonância com as mudanças estruturais no mercado de trabalho nacional, representadas pela informalização e precarização das relações de trabalho (segundo o IBGE, 53,3% da PEA nacional está inserida no setor informal da economia), pelo processo de desindustrialização e especialização da economia brasileira em torno do setor de serviços (o setor terciário da economia responde por aproximadamente 72% dos empregos formais na economia nacional, conforme análise dos estoques de empregos formais nos respectivos setores de atividade, segundo

informações do CAGED) e do desassalariamento do mercado de trabalho – a eliminação de empregos formais leva ao desassalariamento, com a criação de empregos sem registro em carteira e sem remuneração, concomitante com o movimento mais amplo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, com a implementação de medidas que visam à retomada do processo de acumulação/reprodução do capital e do aumento das taxas de lucro, representando a deterioração do mundo do trabalho neste início de século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós neoliberalismo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado** – um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio** – Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEDECCA, C. S.; BRANDÃO, S. M. S. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho, In: **Crise Brasileira: anos 80 e governo Collor**. DESEP INCA: Cajamar/SP, 1993.
- DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/SP**, Presidente Prudente, Dissertação de Mestrado, FCT/UNESP, 1998.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: www.ibge.gov.br, 2007.
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, 3ª Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**, São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.
- MATTOSO, J. E. L. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90, São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente**: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local. Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, Unesp/FCT, 1.999.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** – Lei nº 4923/65 – In: www.mte.gov.br, 2007.
- OFFE, Klaus. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 13-41 (cap. 1).
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século, São Paulo: Contexto, 1999.
- POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- POCHMANN, Marcio. SINDEEPRES 15 anos – **A superterceirização dos contratos de trabalho**. Campinas: SINDEEPRES, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª Ed., São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **Os espaços da globalização**. In: Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2004.

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Presidente Prudente. **Dados e Informações sobre desemprego**, Janeiro de 1997 à Maio de 1999.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.